

Centro Social e Paroquial de Ferreirim



Relatório e Contas 2020

***“Envelhecer é pura poesia:
Até o sorriso fica entre aspas.”***

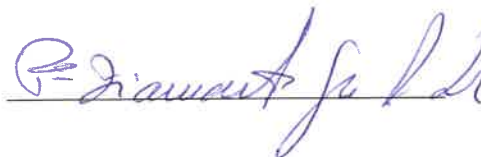
“Cris Guerra”

Figueiredo
S. Almeida

Índice:

- 1 – Demonstrações financeiras;
- 2 – Informação anexa à demonstração de resultados por naturezas e por atividade;
- 3 – Relatório de atividades;
- 4 – Balancete analítico e Balancete Razão;
- 5 – Mapa de controlo de subsídio ao investimento;
- 6 – Certidões de não dívida às Finanças e Segurança Social;
- 7 - Ata de aprovação de Contas pela Direcção;
- 8 - Ata do parecer do Órgão de Fiscalização sobre as Contas;
- 9 – Declaração.
- 10 - Declaração de Responsabilidade Final de Exercício.

O Presidente da Direcção,



[Handwritten signatures in blue ink]
G
Luis
P
H
P

Centro Social e Paroquial de Ferreira

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2020

Índice

BALANÇO INDIVIDUAL	6
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	9
ANEXO	10
1 Identificação da entidade e período de relato	10
1.1 Designação da entidade	10
1.2 Sede	10
1.3 Natureza da atividade	10
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	10
2.1 Indicação do referencial contabilístico	10
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	11
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.	12
3 Políticas Contabilísticas	12
3.1 Ativos Fixos Tangíveis	12
3.2 Investimentos Financeiros	13
3.3 Ativos não correntes	13
3.4 Inventários	13
3.5 Créditos a receber	14
3.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento	14
3.7 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros	15
3.8 Acréscimos e diferimentos	15
3.9 Caixa e Depósitos Bancários	16
3.10 Imparidade de ativos	16
3.11 Fundos patrimoniais	17
3.12 Excedentes de revalorização	17
3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17

3.14	Passivos não correntes	18
3.15	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
3.16	Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	19
3.17	Outras dívidas a pagar e fornecedores	20
3.18	Vendas e prestação de serviços	20
3.19	Subsídios	20
3.20	Benefícios dos empregados	21
3.21	Rendimentos financeiros	21
3.22	Juizes de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	22
3.23	Principais pressupostos relativos ao futuro	22
3.24	Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)	22
4	Fluxos de caixa	23
4.1	Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	23
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	23
5	Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	23
5.1	Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros	23
5.2	Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros	23
5.3	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos	23
5.4	Erros materiais de períodos anteriores	23
6	Ativos fixos tangíveis	24
6.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	24
6.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	25
6.3	Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;	25
6.4	Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis	25
6.5	Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas	25
7	Investimentos financeiros	25
8	Inventários	26
8.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	26
8.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	26
8.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	26

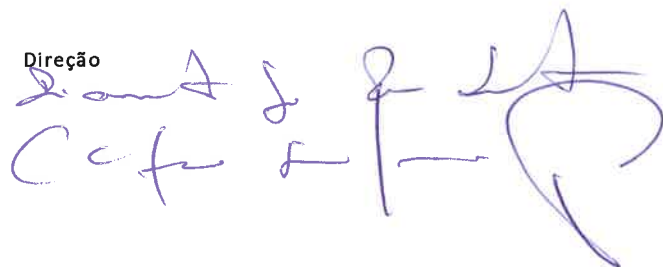
8.4	Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período	27
8.5	Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período	27
8.6	Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários	27
8.7	Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos	27
8.8	Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários	27
9	Créditos a receber	27
10	Estado e outros entes públicos	27
11	Diferimentos	28
12	Outros ativos	28
13	Fundos	28
14	Reservas	29
15	Resultados transitados	29
16	Outras variações nos capitais próprios	30
17	Financiamentos obtidos	30
17.1	Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período	30
17.2	Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais)	30
17.3	Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço	30
17.4	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	30
18	Fornecedores	31
19	Outros passivos	31
20	Venda e prestação de serviços	31
21	Subsídios, doações e legados à exploração	32
22	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	33
23	Gastos com pessoal	33
24	Outros rendimentos	34

25	Outros gastos	35
26	Juros e rendimentos similares obtidos	35
27	Juros e gastos similares suportados	36
28	Imposto sobre o rendimento do período	36
29	Acontecimentos após a data do balanço	36
29.1	Autorização para emissão	36
29.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	36
29.3	Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos	36
30	Divulgações exigidas por diplomas legais	37
31	Outras informações	37
32	Termo de responsabilidade	37

BALANÇO INDIVIDUAL

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)	
		Período	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.358.405,95	1.462.727,65
Investimentos financeiros	7	4.618,11	3.759,60
		1.363.024,06	1.466.487,25
Ativo corrente			
Inventários	8	2.315,89	872,17
Clientes (créditos a receber)	9	-	5.880,15
Adiantamentos a fornecedores (créditos a receber)	9		0,00
Estado e outros entes públicos	10	10.056,49	7.596,52
Outras contas a receber	12		25.292,49
Diferimentos	11	410,53	56,70
Caixa e depósitos bancários	4	755.998,46	521.911,96
		768.781,37	561.609,99
Total do ativo		2.131.805,43	2.028.097,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	182.418,84	182.418,84
Reservas	14	1.173.380,61	1.079.013,05
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	524.224,49	537.051,70
Resultado líquido do período	28	166.628,47	94.367,56
Total dos fundos patrimoniais		2.046.652,41	1.892.851,15
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	20.818,05	25.438,41
Estado e outros entes públicos	10	7.638,53	7.061,96
Financiamentos obtidos	17	-	-
Diferimentos	11	-	42.200,10
Outras contas a pagar	19	56.696,44	60.545,62
		85.153,02	135.246,09
Total do passivo		85.153,02	135.246,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.131.805,43	2.028.097,24

Direção



Hiveida

Contabilista Certificado



H. Gomes
 C. H.
 H. Almeida

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	20	360.358,07	347.840,31
Subsídios, doações e legados à exploração	21	374.786,94	318.538,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-84.980,53	-87.444,88
Fornecimentos e serviços externos	22	-145.759,83	-152.909,14
Gastos com o pessoal	23	-308.493,70	-293.585,92
Outros rendimentos	24	12.832,81	25.799,06
Outros gastos	25	-17.037,40	-607,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		191.706,36	157.630,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-25.375,50	-63.844,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		166.330,86	93.785,72
Juros e rendimentos similares obtidos	26	297,67	581,84
Juros e gastos similares suportados	27	-0,06	-
Resultado antes de impostos		166.628,47	94.367,56
Imposto sobre o rendimento do período	28	-	-
Resultado líquido do período		166.628,47	94.367,56

Direção

Contabilista Certificado



 2616941

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020				2019			
		Por atividade				Por atividade			
		AD	CD	Lar	Total	AD	CD	Lar	Total
Vendas e serviços prestados	20	79.851,25	19.804,15	260.702,67	360.358,07	69.820,70	39.873,83	238.145,78	347.840,31
Matriculas e mensalidades de utentes									
Subsídios, doações e legados à exploração	21	193.223,51	24.669,46	122.969,40	340.862,37	118.705,70	14.300,73	185.531,68	318.538,11
ISS, IP - Centros Distritais	21	13.160,39	1.462,27	19.301,91	33.924,57				
Outros	8	-32.966,58	-3.662,95	-48.350,99	-84.980,53	-36.622,21	-3.736,96	-47.085,70	-87.444,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-56.544,76	-6.282,75	-82.932,32	-145.759,83	-64.038,87	-6.534,58	-82.335,69	-152.909,14
Fornecimentos e serviços externos	23	-119.674,28	-13.297,14	-175.522,28	-308.493,70	-122.954,79	-12.546,41	-158.084,73	-293.585,93
Gastos com o pessoal	24	4.978,25	553,14	7.301,43	12.832,81	10.804,73	1.102,52	13.891,80	25.799,05
Outros rendimentos e ganhos	25	-6.609,34	-734,37	-9.693,69	-17.037,40	-254,44	-25,96	-327,13	-607,53
Outros gastos e perdas									
Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos		75.418,44	22.511,80	93.776,13	191.706,36	-24.539,18	32.433,17	149.736,01	157.630,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-9.843,94	-1.093,77	-14.437,78	-25.375,50	-26.738,21	-2.728,39	-34.377,69	-63.844,29
Resultado operac. (antes de gastos de financ. e impostos)		65.574,49	21.418,02	79.338,34	166.330,86	-51.277,39	29.704,78	115.358,32	93.785,71
Juros e rendimentos similares obtidos	26	115,48	12,83	169,36	297,67	243,68	24,86	313,30	581,84
Juros e gastos similares suportados	27	-0,02	0,00	-0,03	-0,06				
Resultado antes de impostos		65.689,94	21.430,85	79.507,67	166.628,47	-51.033,71	29.729,64	115.671,62	94.367,55
Impostos sobre o rendimento do período	28								
Resultado líquido do período		65.689,94	21.430,85	79.507,67	166.628,47	-51.033,71	29.729,64	115.671,62	94.367,55

Direção

Contabilista Certificado



 2616941

*Assinado
H. Aguiar
C.F.*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

Descrição Período de 2019	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE						
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	182.418,84	-	885.393,87	-	-	555.100,62	169.346,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	169.346,44	-	-	-	-169.346,44
Aplicação de resultados o ano 2018	-	-	-	-	-	-16.076,21	-16.076,21
Imputação de subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-1.872,71	-1.872,71
Imputação dos donativos ao investimento	-	-	24.272,74	-	-	-100,00	24.172,74
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	193.619,18	-	-	-18.048,92	-169.346,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							94.367,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	182.418,84	-	1.079.013,05	-	-	537.051,70	94.367,56

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

Descrição Período de 2020	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE						
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	182.418,84	-	1.079.013,05	-	-	537.051,70	94.367,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	94.367,56	-	-	-	-94.367,56
Aplicação de resultados o ano 2019	-	-	-	-	-	-10.954,50	-10.954,50
Imputação de subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-1.872,71	-1.872,71
Imputação dos donativos ao investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	94.367,56	-	-	-12.827,21	-94.367,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							166.628,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	182.418,84	-	1.173.380,61	-	-	524.224,49	166.628,47

Direção

Contabilista Certificado

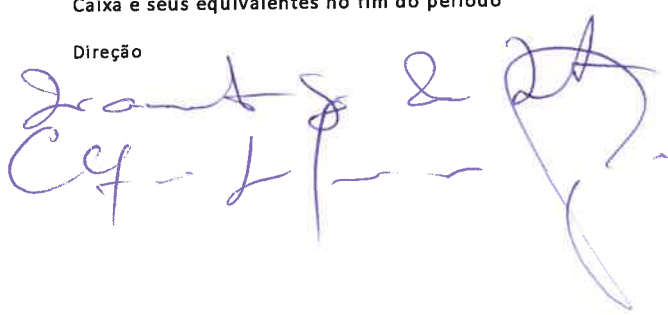
*10
ce 169943*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)	
		Períodos	
		31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos dos utentes	20	360.358,07	355.604,00
Pagamentos a fornecedores	18	-253.944,02	-237.748,59
Pagamentos ao pessoal	23	-216.216,79	-197.139,26
Caixa gerada pelas operações		-109.802,74	-79.283,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos	21	346.754,14	276.392,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	236.951,40	197.109,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	-2.304,00	-50.153,33
Investimentos financeiros	7	-858,51	-752,76
		-3.162,51	-50.906,09
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	24	-	-
Investimentos financeiros	7	-	-
Subsídios ao investimento	24	-	-
Juros e rendimentos similares	26	297,67	581,44
		297,67	581,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	-2.864,84	-50.324,65
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	-	-
Juros e gastos similares	27	-0,06	-
		-0,06	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	-0,06	-
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	234.086,50	146.784,39
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	521.911,96	375.127,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	755.998,46	521.911,96

Direção

Contabilista Certificado



 CF - L - - - -



 001643

Fluvida

ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Ferreirim

1.2 Sede

Ferreirim, 3640-089 Ferreirim, Sernancelhe

1.3 Natureza da atividade

Atividade de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento (CAE principal nº 88101 / CAE secundário: 87301).

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição

financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- Normas Internacionais de Contabilidade, atotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- Normas internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL;

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos

materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3 **Políticas Contabilísticas**

3.1 **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.10). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6 a 8	12,5% - 16,66%

↓
H. Gomes
C.F.
Alameda
P

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Em 31.12.2020, esta rubrica inclui “Fundos de Compensação de Trabalho” decorrente de imperativos legais desde 01.10.2013, e, títulos CCAM.

3.3 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.4 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é o FIFO.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de conversão (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, gastos gerais de fabrico e custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização, quando aplicável) ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.5 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.14) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

3.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21 % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.10).

3.8 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.9

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.10

Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.11 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.12 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

Handwritten notes in purple ink: "Agua" and "liquida" with a checkmark and a signature.

3.14 Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão.

3.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que

os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.16

Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica

“Subsídios, doações e legados a exploração” da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, consequentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.21 Rendimentos financeiros

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.22

Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 incluem:

- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.24

Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)

Explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF -ESNL afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados;

Nada a observar.

Explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas nos fundos patrimoniais;

Nada a observar.

Identificação dos erros cometidos segundo os PCGA anteriores, distinguindo, nas divulgações exigidas, entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas;

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	22,68	-
Depósitos à ordem	454.269,28	220.490,79
Depósitos a prazo	301.706,50	301.421,17
Total de caixa e depósitos bancários	755.998,46	521.911,96
Descoberto bancários	-	-
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	755.998,46	521.911,96

5 Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.3 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Nada a observar;

5.4 Erros materiais de períodos anteriores

Nada a observar;

Handwritten signatures and initials:
JP
h
Aguiar
CP
H. Almeida
CP

6 Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Terrenos e recursos naturais	124.595,79				
Edifícios e outras construções	1.613.856,00	Método da linha reta	Quota anual	50	2,00%
Equipamento básico	164.585,64	Método da linha reta	Quota anual	6	16,66%
Equipamento de transporte	138.705,52	Método da linha reta	Quota anual	5	20,00%
Equipamento administrativo	18.843,96	Método da linha reta	Quota anual	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	106.312,67	Método da linha reta	Quota anual	6 a 8	12,5% - 16,66%
	2.166.899,58				

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

2020								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2020	124.595,79	1.613.856,00	162.281,64	138.705,52	18.843,96	106.312,67	-	2.164.595,58
Adições	-	-	2.304,00	-	-	-	3.150,00	-
Revalorizações	-	-84.400,20	-	-	-	-	-	-84.400,20
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	124.595,79	1.529.455,80	164.585,64	138.705,52	18.843,96	106.312,67	3.150,00	2.085.649,38
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2020	-	312.356,99	144.534,07	131.654,54	18.144,55	95.177,78	-	701.867,93
Adições	-	30.651,72	5.041,39	3.628,00	333,27	913,15	-	40.567,53
Reversão	-	-15.192,03	-	-	-	-	-	-15.192,03
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	327.816,68	149.575,46	135.282,54	18.477,82	96.090,93	-	727.243,43
Perdas por imparidade acumuladas								
Saldo em 01.01.2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia escriturada	124.595,79	1.201.639,12	15.010,18	3.422,98	366,14	10.221,74	3.150,00	1.358.405,95

Foi realizada uma reversão relativamente a construção do Lar, devido a uma vistoria realizada onde se conclui que a obra apresentava patologias que condicionam a receção definitiva dos trabalhos, não estando em harmonia com as cláusulas estipuladas e não se encontram cumpridas as obrigações contratuais, pelo que foram acionadas as duas Garantia Bancária da Obra “Edifício Lar”.

Aguiar
Chil
Seixida

6.2

Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Rubrica do AFT	31-12-2020		31-12-2019	
	Depreciação do período	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Edifícios e outras construções	30.651,72	327.816,68	32.277,12	312.356,99
Equipamento básico	5.041,39	149.575,46	6.230,51	144.534,07
Equipamento de transporte	3.628,00	135.282,54	21.173,71	131.654,54
Equipamento administrativo	333,27	18.477,82	590,33	18.144,55
Outros ativos fixos tangíveis	913,15	96.090,93	3.572,62	95.177,78
Total	40.567,53	727.243,43	63.844,29	701.867,93

6.3

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Nada a observar.

6.4

Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

Nada a observar.

6.5

Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas

Nada a observar.

7

Investimentos financeiros

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2020	31-12-2019
Fundo de compensação de trabalho (ao modelo custo)	3.618,11	2.759,60
Titulos CCAM	1.000,00	1.000,00
Total	4.618,11	3.759,60

A lei nº 70/7013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação de trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial. O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Entidade o montante de 3.618,11 euros.

Handwritten notes:
Figueira
Ch
Fluência
P

8 Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Entidade adota como fórmula de custeio dos seus inventários a fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permaneceram em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.315,89	872,17
	<u>2.315,89</u>	<u>872,17</u>
Perdas por imparidade	-	-
Total	2.315,89	872,17

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	2020		2019	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	872,17	872,17	1.876,59	1.876,59
Perdas por imparidade em inventários	-	-	-	-
Compras	86.424,25	86.424,25	86.440,46	86.440,46
Subcontratos	-	-	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Inventário final	2.315,89	2.315,89	872,17	872,17
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	84.980,53	84.980,53	87.444,88	87.444,88

8.4 Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Nada a observar.

8.5 Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Nada a observar.

8.6 Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

Nada a observar.

8.7 Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos

Nada a observar.

8.8 Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários

Nada a observar.

9 Créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31-12-2020			31-12-2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes		0,00	0,00		5.880,15	5.880,15
Total ativo	-	-	-	-	5.880,15	5.880,15

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2020			31-12-2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		10.056,49	10.056,49		7.596,52	7.596,52
Total ativo	-	10.056,49	10.056,49	-	7.596,52	7.596,52
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)		1.253,00	1.253,00		1.268,00	1.268,00
Contribuições para a segurança social (TSU)		6.385,53	6.385,53		5.793,96	5.793,96
Total do passivo	-	7.638,53	7.638,53	-	7.061,96	7.061,96

l
Higien
CF
Humida
P

11 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	410,53	56,70
Produtos limpeza, higiene		
Gás		
Pellets		
Material de escritório		
Total	410,53	56,70
Passivos:		
Accionamento garantia bancária-obra "Edifício Lar"	0,00	42.200,10
Total	-	42.200,10

Esta rubrica evidencia seguros pagos em 2020 respeitantes a apólices que abrangem N+1.

12 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31-12-2020			31-12-2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Adiantamentos a fornecedores			0,00		14.340,72	14.340,72
Débitos c/c fornecedor			0,00			0,00
Outras contas a receber			0,00		10.951,77	10.951,77
Total ativo	-	-	-	-	25.292,49	25.292,49

13 Fundos

Os movimentos desta rubrica no período de 2020:

Fundos	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 01.01.	182.418,84	182.418,84
Aumentos do período	0,00	0,00
Total dos aumentos do período	0,00	0,00
Diminuições do período	0,00	0,00
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	182.418,84	182.418,84

Aguiar
CF
H. Almeida
P

14

Reservas

Os movimentos desta rubrica no período de 2020:

Reservas livres	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 01.01.	1.079.013,05	885.393,87
Aumentos do período		
Doação de Imóveis		24.272,74
Resultado líquido exercício anterior	94.367,56	169.346,44
Total dos aumentos do período	94.367,56	193.619,18
Diminuições do período	0,00	0,00
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	1.173.380,61	1.079.013,05

15

Resultados transitados

Os movimentos desta rubrica no período de 2020:

Resultados transitados	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 01.01.		
Aumentos do período		
Resultado líquido exercício anterior	94.367,56	169.346,44
Total dos aumentos do período	94.367,56	169.346,44
Diminuições do período		
Aplicação resultado líq. exerc. anterior	94.367,56	169.346,44
Total das diminuições do período	94.367,56	169.346,44
Saldo em 31.12.	0,00	0,00

16 Outras variações nos capitais próprios

Os movimentos desta rubrica no período de 2020:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 01.01.	537.051,70	555.100,62
Aumentos do período		
FEDER - Operaç Norte-10-0156-FEDER	0,00	0,00
Total dos aumentos do período	0,00	0,00
Diminuições do período		
Imputação subsídios ao investimento	12.827,21	16.176,21
Imputação donativos ao investimento	0,00	1.872,71
Total das diminuições do período	12.827,21	18.048,92
Saldo em 31.12.	524.224,49	537.051,70

A NCRF 22 reforça a necessidade de a imputação dos subsídios a rendimentos ser feita respeitando o pressuposto do acréscimo, e não na base dos respetivos recebimentos

17 Financiamentos obtidos

Nada a observar.

17.1 Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período

Nada a observar.

17.2 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais)

Nada a observar.

17.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Nada a observar.

17.4 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Nada a observar.

18

Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c	20.818,05	25.434,41
Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Totais	20.818,05	25.434,41

Os pagamentos a fornecedores totalizaram o valor de 253.944,02 euros ficando em dívida 20.818,05 euros.

19

Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31-12-2020			31-12-2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Outras contas a pagar						
Pessoal		17.451,68	17.451,68		15.996,52	15.996,52
Credores por acréscimos de gastos		39.244,76	39.244,76		44.549,10	44.549,10
Credores diversos		0,00	0,00		0,00	0,00
Total ativo	-	56.696,44	56.696,44	-	60.545,62	60.545,62

A rubrica Credores por acréscimo de gastos evidencia remunerações a liquidar, ou seja, encargos com Férias e Subsídios de Férias vencidas no exercício mas a processar no exercício seguinte.

20

Venda e prestação de serviços

As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Prestações de serviços	31-12-2020	31-12-2019
Valência Lar	260.702,67	252.381,11
Valência Centro de Dia	19.804,15	27.459,50
Valência Apoio Domiciliário	79.851,25	67.999,70
Volume de negócios	360.358,07	347.840,31

21

Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Subsídios - Segurança Social		313.097,08
Lar	193.223,51	
Centro de Dia	24.669,46	
Apoio Domiciliário	122.969,40	
Subtotal	340.862,37	313.097,08
Subsídios - IEF	22.388,90	5.441,03
Adaptar Social +	2.612,99	
Covid 19	921,33	
IRS Beneficio	5.591,35	
Donativos	2.410,00	
Subtotal	33.924,57	5.441,03
Totais	374.786,94	318.538,11

Em relação aos subsídios à exploração acima evidenciados:

- **Segurança Social – protocolo comparticipação** – é um subsídio à exploração, atribuído pelo Centro Regional da Segurança Social, por conta da atividade de apoio à terceira idade, para compensar deficit de exploração. O montante total inscrito foi recebido no ano 2020.
- **IEFP – apoio à contratação** – são subsídios à exploração, atribuídos pelo IEF, com a finalidade de apoio à contratação. Os subsídios recebidos servem para compensar parte dos gastos com o pessoal contratado pela entidade, no âmbito destes contratos.
- **Adaptar Social +** - Sistema de Incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19. São apoiados os custos de aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos de higienização, contratos de desinfecção, os custos com a formação de trabalhadores, reorganização dos locais de trabalho e alterações de layout dos equipamentos das respostas sociais.
- **Covid 19- Segurança Social** -são apoios dados no âmbito do Covid 19 por funcionário em isolamento-
- **IRS Beneficio** - “doação” de 0,5% do IRS.
- **Donativos** – São donativos dados por pessoas singulares e empresariais a instituição.

22

Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	12.030,65	21.709,25
Artigos Oferta		245,00
Honorários		0,00
Conservação e reparação	14.527,12	3.502,83
Serviços bancários	594,60	338,19
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11.416,80	17.503,44
Livros e documentação técnica		0,00
Material de escritório	835,91	3.249,19
Eletricidade	12.832,07	13.524,90
Combustíveis	26.809,46	37.684,59
Água	4.756,93	3.604,02
Deslocações e estadas	276,57	886,43
Comunicação	1.827,96	1.220,00
Seguros	2.609,53	5.273,77
Contencioso e notariado	98,71	1.776,87
Limpeza, higiene e conforto	38.943,84	19.199,85
Outros	18.199,68	23.190,81
Total	145.759,83	152.909,14

23

Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Remuneração do pessoal	254.983,19	233.981,00
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	48.207,86	57.357,18
Seguros de acidentes de trabalho	5.302,65	2.247,74
Outros gastos com pessoal	-	-
Total	308.493,70	293.585,92

O número médio de pessoal no ano 2020 foi 24. No ano anterior foi 25.

No ano de 2020 foi pago a pessoal o montante de 216.216,79 euros.

24

Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,60	-13,50
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros		
Juros obtidos (de depósitos bancários)		
Juros de mora / Acordãos		
Imputação de subsídios ao investimento	12.827,21	18.048,92
Donativos		7.763,64
Outros		
Total	12.832,81	25.799,06

Em relação à imputação dos subsídios ao investimento, a evidenciar:

Outras variações nos capitais próprios	31-12-2020				
	Montante total	Montante recebido no ano	Saldo subsídio	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios ao investimento relacionados com ativos fixos tangíveis					
1 - PIDDAC - construção equip. social - Lar	413.775,00		313.120,40	7.712,66	100.654,60
2 - IFAP - contrato nº02037303 (programa PRODER)	24.614,99		0,00	176,07	24.614,99
3 - Seg Social - Fundo Socorro Social - aquisição viatura	17.159,00		0,00	0,00	17.159,00
4 - FEDER - Operação Norte-10-0156-FEDER-000646 (prog. ON)	153.285,50		134.891,24	3.065,71	18.394,26
Sub-total			448.011,64	10.954,44	160.822,85
Doações					
Donativos ao investimento					
5 - Donativos ao investimento - construção Lar	93.635,42		76.212,85	1.872,71	17.422,57
Total	702.469,91		524.224,49	12.827,15	178.245,42

Notas:

1 - PIDDAC – construção de equipamento social (Lar) – é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído no âmbito do programa PIDDAC, no ano de 2009, no apoio à construção do Lar;

2 – IFAP – contrato nº02037303 (PRODER) - é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído no âmbito do programa PRODER, no ano de 2012, no apoio à aquisição de “equipamentos” e uma “viatura”. A conclusão do investimento e o recebimento do subsídio ocorreu no ano 2014;

3 – Segurança Social – subsídio à aquisição de viatura – é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído pela Segurança Social. A conclusão do investimento e o recebimento do subsídio ocorreu no ano 2014;

4 – FEDER – Operação Norte-10-0156-FEDER-000646 (prog. ON.2) - é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído pelo FEDER, no ano 2015, que recaiu sobre o valor da

construção do edifício lar, na parte que não foi apoiada no programa PIDDAC. O recebimento do subsídio ocorreu no ano 2017;

5 – Donativos para a construção do edifício Lar – donativos atribuídos por particulares, destinados a apoiar a construção do edifício Lar.

25 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Impostos	488,76	380,14
Descontos de pronto pagamento concedidos	10,42	-
Outros	16.538,22	227,39
Total	17.037,40	607,53

A rubrica imposto evidencia os IMI, e Imposto Único de Circulação das Viaturas do Lar, a rubrica descontos são descontos de pagamentos a fornecedores e a rubrica outros diz respeito a uma multa ao estado e de transito e correções relativamente a períodos anteriores a reversão das depreciações relativamente ao edifício lar, devido a vistoria que conclui que não estava conforme as cláusulas contratadas.

26 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Juros obtidos	297,67	581,84
Total	297,67	581,84

A rubrica juros obtidos dizem respeito a juros obtidos pelos dois depósitos a prazo que a instituição possui.

27 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Juros suportados	0,06	-
Outros gastos de financiamento	-	-
Total	0,06	-

A rubrica juros suportados dizem respeito a juros de mora ao estado.

28 Imposto sobre o rendimento do período

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Atividade Isenta IRC		Atividade sujeita IRC	
	Períodos		Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Resultados antes de impostos	166.628,47	94.367,56	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado líquido do período	166.628,47	94.367,56	-	-

29 Acontecimentos após a data do balanço

29.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Direção da Entidade no dia 31 de Março de 2021.

29.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

29.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Nada a observar.

30

Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31

Outras informações

A Entidade não tem ativos restringidos.

32

Termo de responsabilidade

A Direção confirma que à data de 31 de dezembro de 2020, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

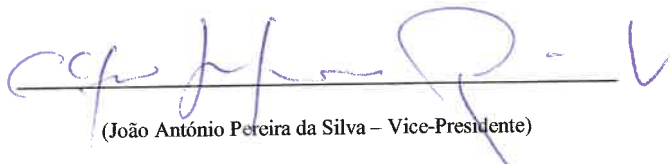
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Ferreirim, 15 de Maio de 2021

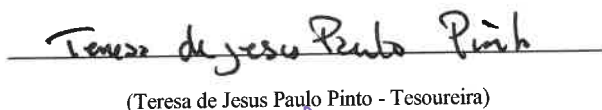
A Direção



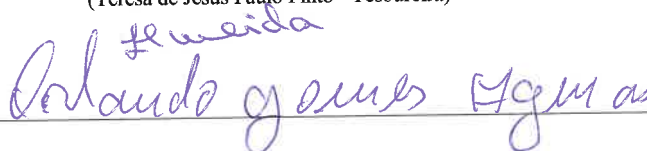
(Padre Diamantino José Pereira Duarte - Presidente)



(João António Pereira da Silva - Vice-Presidente)



(Teresa de Jesus Paulo Pinto - Tesoureira)



Orlando Gomes Aguiar

Almeida
H
Aguiar

(Lurdes São José Marques Duarte Almeida – 1º secretário)

Almeida

(Orlando Gomes Aguiar – 2º secretário)

O Contabilista Certificado:


CP)6943

(Rui Pedro Lima Azevedo)

Informação anexa à Demonstração de Resultados por Naturezas e por Atividade
Exercício de 2020

1. O número médio de funcionários ao serviço da instituição, no presente exercício foi de 26 pessoas, distribuídas pelas actividades inerentes às três valências – Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar não existindo nenhum funcionário afecto a uma só das valências.
2. O número médio de utentes por valência, durante o exercício foi:
- Centro de Dia: 10 idosos;
 - Apoio Domiciliário: 45 idosos;
 - Lar: 44 idosos.
3. Critério de imputação de gastos e rendimentos:
- a) Quanto à imputação de rendimentos, as rubricas “mensalidades de utentes” e “comparticipação da Segurança Social” estão bem definidas. Em relação às rubricas dos restantes rendimentos, a imputação ocorre de acordo com a taxa de imputação definida para os gastos;
- b) Quando à imputação de gastos e porque não se torna possível encontrar valores reais para cada uma das valências – Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar –, uma vez que tanto o pessoal ao serviço na Instituição, como o activo fixo tangível, os géneros alimentares e os bens e serviços adquiridos, estão afectos às três valências, entendeu-se que o critério mais correcto seria encontrar um valor percentual a partir de factores comuns às três valências. Entendemos que o factor que nos oferece maior justeza seria: o número médio de utentes de cada valência
- Assim, partindo desta base, procurou-se encontrar uma relação justa entre as três Valências.

Relativamente aos gastos das valências Apoio Domiciliário e Lar entendemos que não existam diferenças muito acentuadas o mesmo não se poderá dizer da relação entre estas e a valência Centro de Dia, nomeadamente gastos com o pessoal e outros gastos.

Por isso se decidiu que o critério mais correcto seria o de atribuir à valência “Apoio domiciliário” o dobro dos gastos que para a valência “Centro de Dia”, e à valência “Lar”, o triplo dos gastos que para a valência “Centro do Dia”.

*Aguiar
C.H.
Leiteira*

Forma de cálculo para os gastos:

UCD – N° de Utentes do Centro de dia

UAD – N° de Utentes do Apoio domiciliário

UL – N° de Utentes do Lar

Fórmula de cálculo

Centro de Dia

$(UCD \times 12) + (UAD \times 2 \times 12) + (UL \times 3 \times 12) \text{ ----- } 100\%$

$UCD \times 12 \text{ ----- } X$

Apoio Domiciliário

$(UCD \times 12) + (UAD \times 2 \times 12) + (UL \times 3 \times 12) \text{ ----- } 100\%$

$UAD \times 2 \times 12 \text{ ----- } X$

Lar

$(UCD \times 12) + (UAD \times 2 \times 12) + (UL \times 3 \times 12) \text{ ----- } 100\%$

$UL \times 3 \times 12 \text{ ----- } X$

Com base no cálculo acima indicado foram encontrados os seguintes valores de imputação de gastos para as seguintes valências:

- Centro de Dia	4,31 %
- Apoio Domiciliário	38,79 %
- Lar	56,90 %

Ferreirim, 15 de Maio de 2021

O Contabilista Certificado,


(C) 6943

O Presidente da Direção,





Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal 2020

1
 Hgm
 Off
 Almeida

Lista de Revisões Efetuadas

REVISÃO N.º	TIPO DE REVISÃO	PÁGINA (S)	DATA
0	Elaboração inicial	Todas	Dezembro/2019



Henrieta

↓

Hgum

Ch

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores moças, mais amigas,
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...

O homem, a fera e o inseto, à sombra delas
Vivem, livres da fome e de fadigas:
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.

Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo. Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,

Na glória de alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem!

(Olavo Bilac)

fluída

L

[Handwritten signatures and initials]

1 Nota Introdutória

A planificação de atividades pressupõe a ocupação do utente e o seu envolvimento nas atividades, para que possa sentir prazer na sua realização, entusiasmando-se pela participação e consciencializando-se que pode dar o seu contributo no desenvolvimento das atividades propostas, desfazendo a imagem pré-concebida de que os idosos são inúteis e inativos.

O termo “envelhecimento ativo” foi adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e procura transmitir uma mensagem mais abrangente, reconhecendo que para além dos cuidados de saúde, existem outros fatores que interferem no modo como os indivíduos envelhecem. Neste seguimento e adotando o conceito da OMS, pretende-se que os idosos percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida e inclui a participação ativa dos seniores nas questões económicas, culturais, espirituais, cívicas e na definição das políticas sociais.

De acordo com a Teoria da Atividade de Havighurst, a atividade é fundamental no processo de envelhecimento saudável contribuindo para a promoção de uma vida mais duradoura e com mais qualidade. Neste sentido, é fundamental a ativação e a estimulação dos indivíduos que potenciem a dimensão biológica, intelectual e emocional, tendo em vista:

- a. A promoção da saúde e prevenção das incapacidades;
- b. A otimização e compensação das funções cognitivas;
- c. A promoção do desenvolvimento afetivo;
- d. O fomento do envolvimento e participação social.

A animação sócio - cultural é tida como um elemento determinante na qualidade de vida e integra o projeto de vida do idoso. O facto de o idoso se manter ocupado com atividades gratificantes ajuda a diminuir sentimentos de solidão, melhora o humor e motivação, facilita a adaptação à reforma, expande a satisfação dos níveis de vida, melhora a comunicação das competências, potencia a perceção sensorial, exercita as competências cognitivas, aumenta os níveis de autoestima e melhora a manutenção de hábitos saudáveis.

As atividades a serem proporcionadas visam, assim, facilitar o acesso a uma vida mais ativa e mais criativa, à melhoria nas relações e na comunicação com os outros, para uma melhor participação na vida da comunidade desenvolvendo a autonomia pessoal, assim como, promover a inovação e as novas descobertas; valorizar a formação ao longo da vida;

proporcionar uma vida mais harmoniosa atrativa e dinâmica e valorizar as capacidades, competências, saberes e cultura do idoso aumentando a sua autoestima e autoconfiança.

2 CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Social e Paroquial de Ferreirim ou Lar do Sagrado Coração de Maria, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediado em Ferreirim, concelho de Sernancelhe.

A instituição foi fundada a 15 de Junho, no ano de 1987 e tem como Missão a prestação de apoio social à terceira idade que prime pela Excelência e Qualidade dos serviços, garantindo a prestação dos cuidados básicos, garantindo o bem-estar físico e psicológico dos idosos e permitindo uma velhice Digna e com Qualidade.

As respostas sociais vinculadas à instituição são: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Convívio. Esta última desenvolve-se no Pólo de Macieira.

Os serviços do Centro de Dia e SAD destinam-se a pessoas com 65 ou mais anos, carenciadas ou equiparadas, residentes na área de intervenção da IPSS. Estas respostas Sociais proporcionam um conjunto diversificado de serviços, em função das necessidades das pessoas, nomeadamente:

- ♥ Atividades de animação e socialização;
- ♥ Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ♥ Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- ♥ Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- ♥ Tratamento da roupa do uso pessoal do cliente;
- ♥ Acompanhamento ao médico e assistência medicamentosa;
- ♥ Transporte
- ♥ ETC...

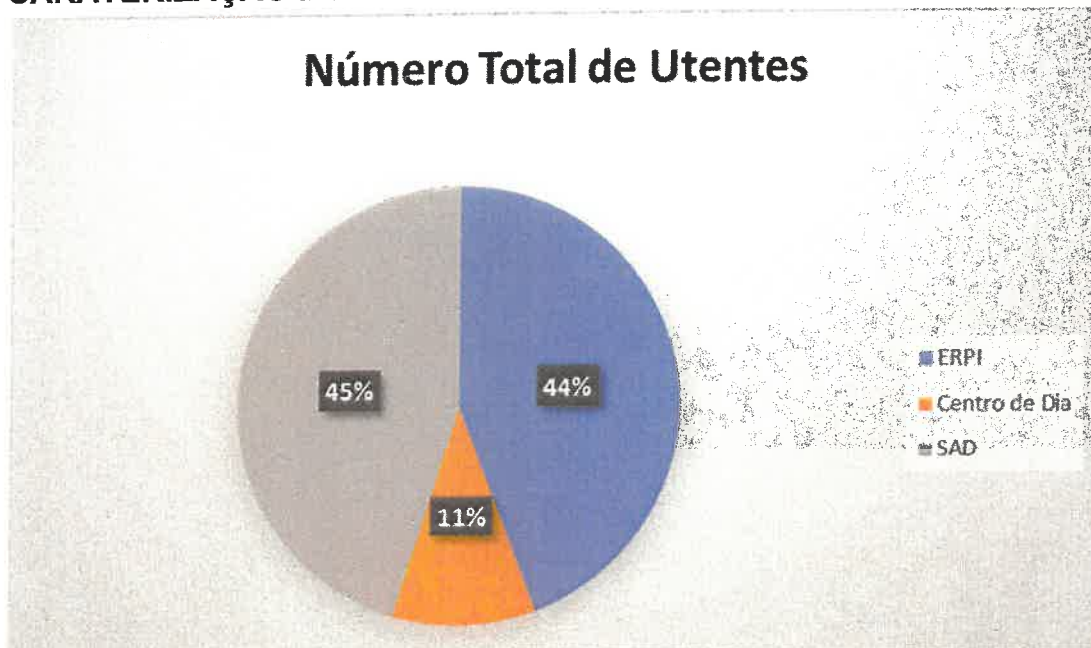
Os serviços da ERPI destinam-se a pessoas com 65 ou mais anos que, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer na sua residência. Esta resposta Social proporciona um conjunto diversificado de serviços, em função das necessidades das pessoas, nomeadamente:

- ♥ Alojamento;
- ♥ Alimentação adequada às necessidades dos residentes, respeitando as prescrições médicas;
- ♥ Cuidados de higiene pessoal;
- ♥ Tratamento das roupas;
- ♥ Higiene dos espaços;
- ♥ Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais;
- ♥ Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- ♥ Cuidados de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde;
- ♥ Administração de fármacos, quando prescritos.



3 CARATERIZAÇÃO DOS UTENTES

Número Total de Utentes



3.1 Centro de Dia

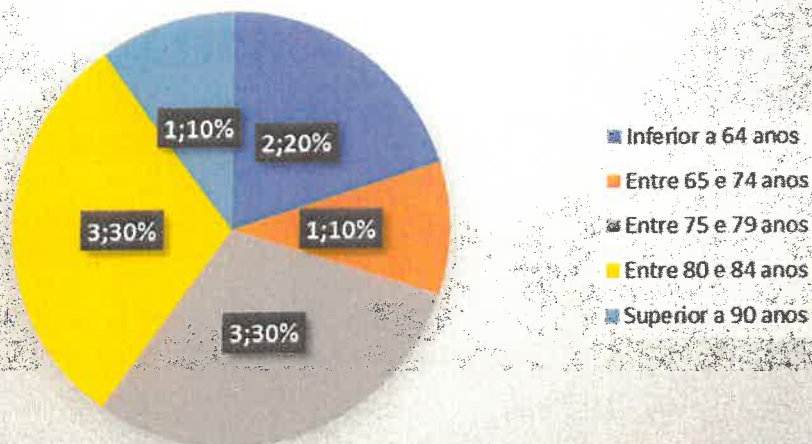
Distribuição por género



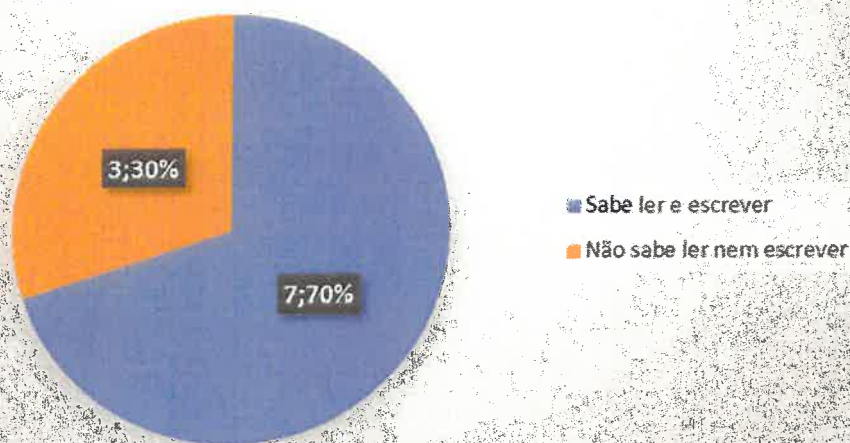


Leveida
h
Hgms
Op

Distribuição por idade



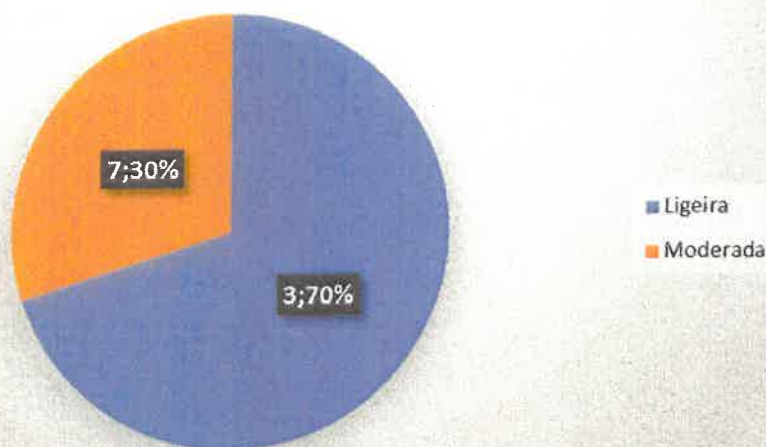
Distribuição por escolaridade





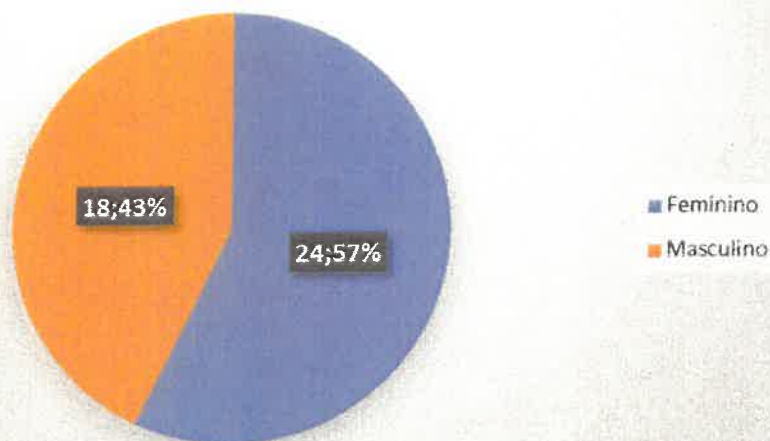
Elmeida
Aguiar
CP

Distribuição por dependência



3.2 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

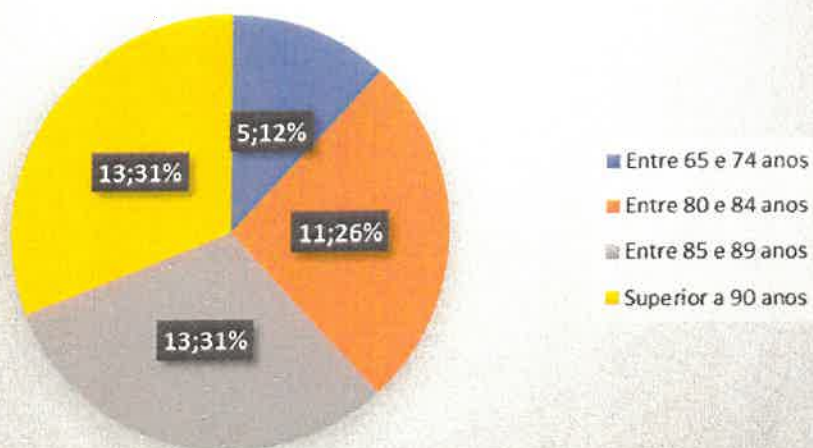
Distribuição por género



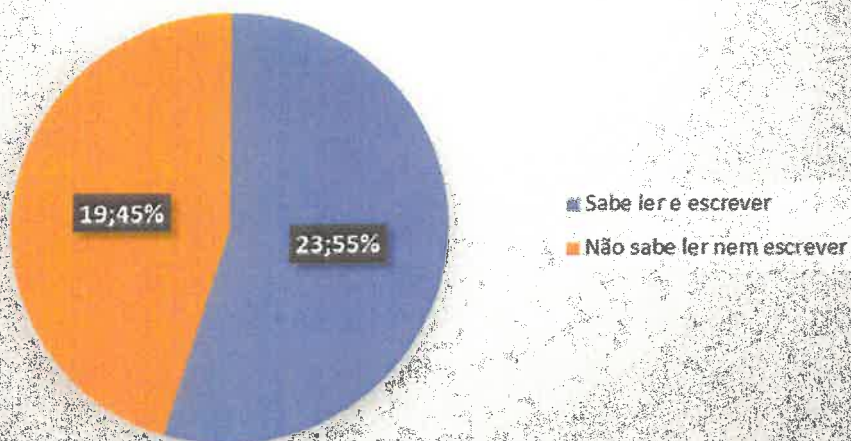


Handwritten notes:
f. Almeida
↑
H. Gomes
C.F.

Distribuição por idade



Distribuição por escolaridade

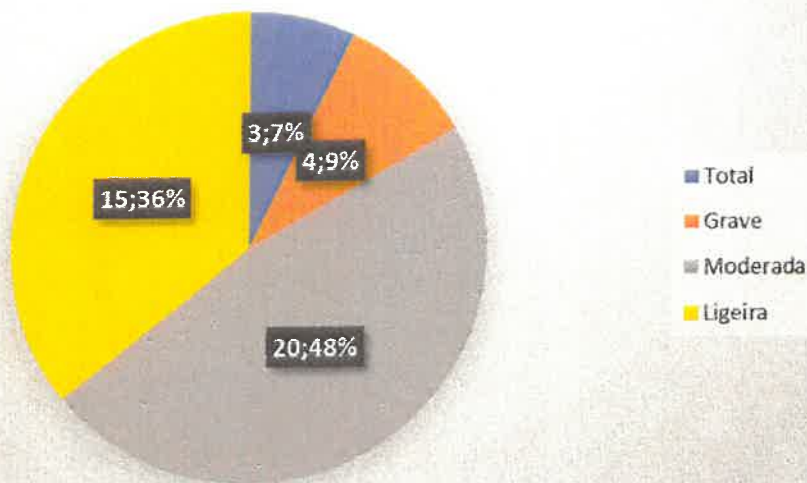




fl. 09

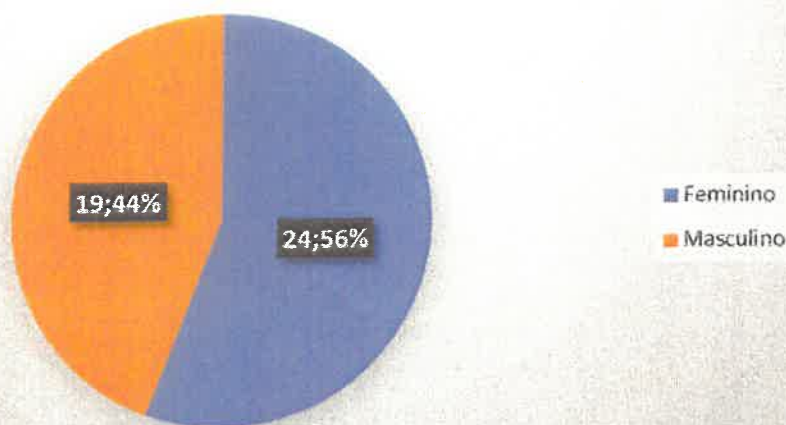
Hgma
C.H.

Distribuição por dependência



3.3 Serviço de Apoio Domiciliário

Distribuição por género

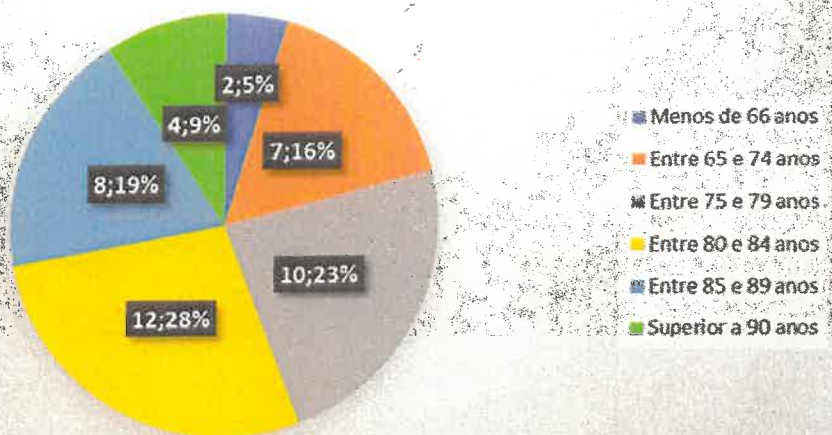




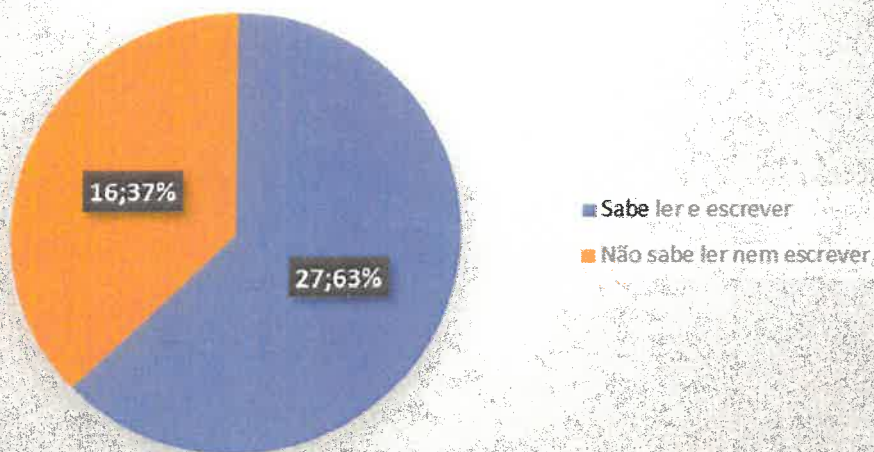
Handwritten signature

Handwritten signature
Figura
CH

Distribuição por idade

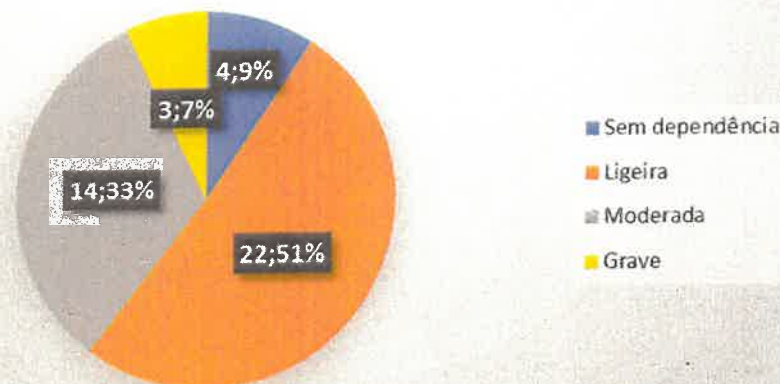


Distribuição por escolaridade





Distribuição por dependência



4 OBJETIVOS

O PADP proposto tem como objetivos:

- ♥ Promover a inovação e novas descobertas;
- ♥ Valorizar a formação ao longo da vida;
- ♥ Proporcionar uma vida mais harmoniosa, atrativa e dinâmica com a participação e envolvimento do idoso;
- ♥ Incrementar a ocupação adequada do tempo livre para evitar que o tempo de ócio seja alienante, passivo e despersonalizador;
- ♥ Rentabilizar os serviços e recursos comunitários para melhorar a qualidade de vida do idoso;
- ♥ Valorizar, as capacidades, saberes e cultura do idoso, aumentando a sua autoestima e autoconfiança;
- ♥ Combater o isolamento social;
- ♥ Dinamizar a instituição;
- ♥ Desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade;

- ♥ Proporcionar o desenvolvimento psíquico e físico do idoso através da participação nas atividades de psicomotricidade sénior, estimulação das funções cognitivas e competências socio efetivas, entre muitas outras atividades;
- ♥ Respeitar a crença religiosa dos clientes

5 CAMPO DE APLICAÇÃO

Este PADP reporta-se ao ano de 2020 e aplica-se a todos os idosos, pessoas significativas e colaboradores que intervenham nas atividades de desenvolvimento pessoal junto dos idosos. O PADP aplica-se às respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

6 RESPONSABILIDADE DO PLANO DE ANIMAÇÃO

São responsáveis pela organização, estruturação e planificação do PADP, a Psicóloga, a Educadora Social, a Fisioterapeuta e a Enfermeira.

7 A ANIMAÇÃO

Atividades de Estimulação Cognitiva e Sensorial

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Sopa de Letras e Números;	♥ Potenciar as capacidades cognitivas/psíquicas;	♥ 4 vezes por semana	♥ Sem dependência
♥ Palavras Cruzadas;	♥ Valorizar o conhecimento ao longo da vida;		♥ Ligeira
♥ Famílias de Palavras;	♥ Prevenção das capacidades /deterioração mental;		♥ Moderada
♥ Adivinhas e Provérbios;	♥ Estimular a cognição, a concentração, a capacidade de observação e organização mental;		♥ Grave
♥ Ligar pontos;	♥ Desenvolver as capacidades mentais;		
♥ Associar cores, números e imagens;	♥ Fomentar a retenção de acontecimentos, atos e sensações;		
♥ Bingos séniores;	♥ Estimulação da memória através de reminiscências;		
♥ Jogos de atenção, concentração e memória;	♥ Estimular a orientação espacial e temporal;		
♥ Exercícios de leitura e escrita;	♥ Promover a realização e satisfação pessoal.		
♥ Jogos das diferenças;			
♥ Exercícios de compreensão/conhecimento numérico e cálculo;			
♥ Jogos de estimulação dos sentidos;			
♥ Jogos interativos;			
♥ Fichas de estimulação cognitiva;			
♥ Outras atividades sugeridas pelos clientes.			

Trabalhos Manuais

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Pintar;	♥ Valorização das capacidades, competências, saberes e cultura;	♥ 3 vezes por semana	♥ Sem dependência
♥ Recortar;	♥ Reforçar a autoestima;		♥ Ligeira
♥ Colar;	♥ Desenvolver as habilidades de coordenação motora fina, precisão		♥ Moderada
♥ Reciclar;			♥ Grave
♥ Elaborar trabalhos em eva e feltro;			



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

- ♥ Decoração de objetos de madeira com lápis de cera e tinta da china;
- ♥ Atelier de trabalhos manuais “Mãos à Obra”
 - ♥ manual, coordenação psico-motora e de concentração;
 - ♥ Desenvolver e estimular a imaginação e a criatividade;
 - ♥ Promover o contacto com diferentes materiais e técnicas;
 - ♥ Sensibilizar para a importância do uso de materiais reciclados.

Jogos de Mesa

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Jogo das cartas;	♥ Promover a cooperação e a competitividade no jogo e a capacidade de concentração;	♥ 5 vezes por semana	♥ Sem dependência
♥ Dominó;	♥ Estimular a memória e raciocínio lógico;		♥ Ligeira
♥ Damas;	♥ Promover a autodeterminação;		♥ Moderada
♥ Jogo “Fichas em Linha”;	♥ Incentivar a autoestima;		
♥ Mikado;	♥ Desenvolver a destreza manual;		
♥ Jenga;	♥ Promover as relações interpessoais;		
♥ Bingo;	♥ Valorizar as competências e saberes.		
♥ Outros jogos.			



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature and initials in blue ink.

Psicomotricidade			
Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Exercícios com bolas, bastões e arcos;	♥ Desenvolver a motricidade, agilidade e flexibilidade;	♥ 2 vezes por semana	♥ Sem dependência
♥ Exercícios de expressão motora;	♥ Estimular a coordenação e capacidade motora;		♥ Ligeira
♥ Exercícios de orientação espacial/ equilíbrio/ lateralidade;	♥ Estimular o equilíbrio estático e dinâmico;		♥ Moderada
♥ Exercícios de coordenação e marcha.	♥ Estimulação da capacidade visuomotora e do planeamento micromotor;		♥ Grave
	♥ Manter e melhorar a mobilidade articular e muscular;		
	♥ Evitar a atrofia muscular;		
	♥ Manter e melhorar a funcionalidade e autonomia;		
	♥ Promover a competição e cooperação;		
	♥ Promover a interação grupal.		



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature and initials.

Atividades Religiosas (Oração do Terço)

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Rezar o terço diariamente;	♥ Promover momentos de oração;	♥ Diária	♥ Sem dependência
♥ Ir à missa nos domingos;	♥ Valorizar hábitos e costumes dos idosos;		♥ Ligeira
♥ Ir à missa nos dias festivos da aldeia;	♥ Respeitar as crenças, identidade e individualidade;		♥ Moderada
♥ Assistir à transmissão da missa aos domingos;	♥ Desenvolver o lado espiritual e religioso do idoso.		♥ Grave
♥ Assistir às transmissões de Fátima em direto no dia 13 de Maio;			♥ Total
♥ Celebração da missa na Páscoa e no Natal na Instituição.			

Saúde e bem-estar

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Rastreios e registos semanais:			
Control de peso;	♥ Monitorizar os níveis de saúde e obtenção de conhecimentos sobre saúde;	♥ Semanal	♥ Sem dependência
Control de glicemia;	♥ Sensibilizar para a saúde e hábitos de vida saudáveis;		♥ Ligeira
Control de pulsação;	♥ Sensibilizar para bons hábitos alimentares;		♥ Moderada
Control de tensão arterial;	♥ Reduzir ou anular o risco de complicações tardias;		♥ Grave
♥ Ações de formação inerentes à saúde.			♥ Total



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

- ♥ Saber prevenir ou tratar uma hipoglicemia ou outras situações agudas;
- ♥ Colaborar ativamente na vigilância periódica.

Intelectuais E. Formativas/Informativas

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Sessões de cinema;			
♥ Aproximação às novas tecnologias;			
♥ Ações de sensibilização /formação em diferentes áreas;			
♥ Leitura de jornais, revistas, panfletos e outros;			
♥ Ver TV;			
♥ Organizar grupos de discussão e leitura com regularidade.			
	Aumentar a sensibilização para temáticas diversas;	♥ Semanal	♥ Sem dependência
	Proporcionar ao Cliente a possibilidade de contactar com novas tecnologias;		♥ Ligeira
	Sensibilizar para a importância da reciclagem, e a possibilidade de reutilizar objetos;		♥ Moderada
	Possibilitar a visualização de filmes, tendo em conta os interesses e gostos dos Clientes;		♥ Grave
	Estar informado;		
	Troca de ideias e conhecimentos entre os		



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

utentes/debate.

Atividades do Quotidiano

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Cuidar de plantas;	♥ Promover o bem-estar, autonomia e autoestima;	♥ Semanal	♥ Sem dependência
♥ Arranjos de costura;	♥ Incentivar o/a cliente a colaborar na realização de pequenas tarefas que sejam efetuadas de acordo com o seu estado de saúde e autonomia, e que acima de tudo permitam fomentar o sentimento de utilidade e dignidade;		♥ Ligeira
♥ Pilar as favas;			♥ Moderada
♥ Semear a horta;			♥ Grave
♥ Manicura;			
♥ Etc.			
	♥ Proporcionar ao cliente momentos de cuidados de imagem, aumentar a consciencialização corporal;		
	♥ Melhorar a imagem pessoal;		
	♥ Promover o diálogo com o/a cliente aquando da prestação dos cuidados.		

Lúdico Recreativa

Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Celebração de	♥ Aumentar a autoestima do cliente;	♥ Semanal	♥ Sem dependência
♥ Aniversários dos clientes;	♥ Proporcionar momentos de convívio lúdicos e recreativos;		♥ Ligeira
♥ Atividades de Culinária;	♥ Promover o convívio entre clientes, colaboradores e familiares.		♥ Moderada
♥ Celebração de datas festivas e outras (carnaval, Páscoa, São	♥ Exercitar as capacidades na área da culinária nos		♥ Grave



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Martinho, Natal, ...);

- ♥ Tardes musicais;
- ♥ Intercambio;
- ♥ Passeios a diversos locais.

clientes;

- ♥ Manter o equilíbrio emocional e social;
- ♥ Promover a valorização dos Clientes;
- ♥ Promover o saber fazer dos clientes e o espírito de grupo.

Estimulação sensorial			
Atividades	Objetivos	Frequência	Público-alvo
♥ Atividades que permitam uma exploração ao nível multisensorial: visão, olfato, paladar, audição e tato.	♥ Estimulação sensorial; ♥ Promoção do relaxamento; ♥ Estimulação/ desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas, sociais, motoras e educacionais;	♥ Semanal	♥ Sem dependência ♥ Ligeira ♥ Moderada ♥ Grave
♥ Atividades com luzes relaxantes;	♥ Promoção de atividades lúdicas e de lazer;		
♥ Atividades com música e sons;	♥ Promover autocontrole, autonomia, descoberta e exploração.		

- ♥ Atividades com aromas;
- ♥ Atividades com objetos de diferentes superfícies e texturas.

7.1 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Janeiro	Dia 6 – Cantar as Janeiras Almoço de Reis	- Reviver costumes e tradições; - Valorizar a identidade cultural; - Exercitar a memória.	- Cantar as janeiras; - Contar a história dos 3 Reis Magos; - Adivinhas sobre os Reis Magos; - Elaboração de coroas para o Dia de Reis, decoradas segundo o gosto de cada idoso; - Lanche com um doce típico desta época, Bolo-Rei.	CD ERPI SAD	- Almoço - Caneta - Papel - Músicas
	Dia 11 – Dia Internacional do Obrigado	- Agradecer a todos aqueles que fazem parte da vida dos idosos.	- Construção de mensagens; - Entregar as mensagens aos destinatários.	CD ERPI SAD	- Papel /Ardósia - Lápis/giz
	Dia 18 - Dia Mundial do Riso	- Reduzir o stress; - Estimular a criatividade; - Criação de laços com outras pessoas.	- Terapia do Riso; - Visualização de um de filme de comédia.	CD ERPI SAD	- Retroprojetor - or - Filme
	Dia 29 – Dia Mundial do Puzzle	- Estimular a atenção e concentração; - Estimular a motricidade fina; - Estimular as relações interpessoais.	- Elaboração de puzzles	CD ERPI SAD	- Puzzles



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature: Aquino

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Fevereiro	Dia 14 Comemoração do dia dos namorados	- Fortalecer os laços entre os casais; - Reviver momentos de amor e partilha entre os idosos.	- Elaboração de postais ao gosto do cliente, que podem ser oferecidos ao marido/esposa, namorado/namorada, amigo/amiga; - Leitura da lenda de São Valentim e de provérbios e adivinhas sobre o dia dos namorados.	CD ERPI SAD	- Cartolina; - Papel; - Gliter.
	Dia 25 Comemoração do Carnaval	- Desenvolver a destreza manual; - Desenvolver a criatividade e espírito crítico; - Reviver os tempos antigos.	- Elaboração de máscaras e fatos; - Decoração da sala; - Desfile e baile de carnaval.	CD ERPI SAD	- Materiais diversos (papel, tecidos, lãs)

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Março	Dia 8 Dia Internacional da Mulher	- Promover sentimentos de autoestima e utilidade; - Valorização do papel da mulher na sociedade; - Participação ativa dos utentes.	- Realização de uma lembrança que será oferecida pelos senhores às senhoras idosas da instituição.	CD ERPI SAD	- Papel - Cola - Tesoura - Tintas



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Dia 14 Dia da Incontinência Urinária	- Promoção de hábitos preventivos da incontinência urinária; - Informação sobre modos de identificação do problema, tratamentos apropriados e os impactos na vida dos indivíduos.	- Ação de sensibilização para esta patologia; - Sessão informativa; - Esclarecimento de dúvidas.	CD ERPI SAD	- Computador - Retroprojeto - r - Panfletos
Dia 19 Dia do pai	- Promover sentimentos de autoestima e utilidade; - Valorização do papel de pai na sociedade; - Participação ativa dos utentes.	- Proporcionar um momento de conversa informal, em que em grupo, os pais poderão partilhar e relembrar a experiência que foi educar os seus filhos; - Realização de uma lembrança que será oferecida aos homens da Instituição.	CD ERPI SAD	- Papel - Cola - Tesoura - Tintas
Decoração da Instituição alusiva à Primavera	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover uma imagem da Instituição de acordo com os gostos dos idosos	- Elaboração de peças decorativas alusivas à primavera.	CD ERPI SAD	- Caixas - Papel de várias cores - Cola - Tesoura - Lápis
Dia 21 Dia Mundial da Floresta	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover as relações interpessoais; - Promover a participação ativa dos utentes.	- Planear uma ida ao exterior para um passeio na natureza; - Participar na plantação de uma árvore; - Piquenique convívio; - Fotografar os momentos importantes.	CD ERPI SAD	- Carrinha - Árvore - Lanche - Máquina fotográfica
Dia 22 Dia Mundial da Água	- Despertar para a necessidade de preservação e poupança da água; - Impactos do consumo de água na saúde;	- Dinamização de jogos com curiosidades sobre a água;	CD ERPI SAD	- Papel - Caneta - Dado - Tabuleiro de jogo



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Abril	Dia 12 A Páscoa	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover sentimentos de autoestima e utilidade;	- Decoração alusiva à Páscoa; - Elaboração das cestas das amêndoas para oferecer aos idosos; - Realização de uma caça aos ovos com enigmas e charadas; - Conversa informal sobre como era feito o pão de ló tradicional (truques e segredos).	CD ERPI SAD	- Materiais diversos
	Dia 23 Dia Mundial do Livro	- Promover sentimentos de realização e satisfação pessoal; - Fomentar a participação dos utentes; - Estimulação da memória através de reminiscências.	- Elaboração de um livro (livro de histórias, provérbios antigos, poesias) que poderá ser exposto na própria Instituição ou numa escola local, como forma a estimular os mais jovens ao gosto pela leitura.	CD ERPI SAD	- Materiais diversos
	Semana da saúde	- Promover o bem-estar dos clientes; - Incutir nos clientes hábitos de vida saudáveis; - Alertar os clientes para a importância da prática de exercício físico regular na terceira idade.	- Realizar uma ação de sensibilização alertando para os maus hábitos de vida; - Realizar uma aula de psicomotricidade; - Rastreios	CD ERPI SAD	- Computador - Tela - Retroprojector
	Dia 25 Dia da Liberdade	- Promover sentimentos de realização e satisfação pessoal; - Fomentar a participação dos utentes; - Estimulação da memória	- Confeccionar os cravos com fio de lã; - Selecionar e exibir fotos e reportagens sobre o 25 de Abril de 1974; - Dinâmica de grupo: "Onde estava no dia 25 de Abril de 1974".	CD ERPI SAD	- Fio de lã - Palhas de plástico - Computador - Retroprojector



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

	através de reminiscências.		or
Dia 29 Dia Mundial da Dança	- Celebração da arte de dançar como uma língua universal.	- Realizar uma coreografia com os idosos	CD ERPI SAD
			- Aparelhagem

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Maio	Mês de Maria	- Promover a prática religiosa; - Promover a concentração e interação entre os clientes; - Desenvolver o lado espiritual e religioso dos clientes.	- Rezar o terço diariamente - Visualização dos Filmes "Fátima e Jacinta" - Realização de terços.	CD ERPI SAD	- Retroprojektor - Computador - Pérolas - Fio - Cruzes
	Dia 3 Dia da Mãe	- Valorizar os sentimentos maternos e o papel da mãe na família; - Desenvolver as capacidades cognitivas e intelectuais; - Estimular a criatividade e motricidade fina; - Estimulação da memória através de reminiscências.	- Realização de uma lembrança para oferecer às idosas; - Proporcionar um momento de conversa informal, onde as mães poderão partilhar e relembrar o tempo que tiveram de educar os seus filhos e a diferença que foi do tempo em que elas próprias foram as filhas.	CD ERPI SAD	- Diversos
	Dia 15 Dia Internacional das Famílias	- Realçar a importância da família na estrutura do núcleo familiar; - Reforçar a ideia de que a família	- Construção de um moral com fotos da família dos idosos acompanhadas por relatos, descritos pelos idosos, acerca das	CD ERPI SAD	- Fotografias - Computador



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

		necessita de união, amor, respeito e compreensão para poder ter um relacionamento estável;	suas famílias (vivências, estrutura, relacionamentos, etc.); - Visualização de fotografias; - Provérbios, adivinhas e lendas sobre a família.		- Retroprojetor
	Dia 20 IV Caminhada por uma vida saudável	- Promover hábitos de saúde; - Promover o envolvimento dos idosos na comunidade;	- Caminhada; - Almoço; - Tarde recreativa.	CD ERPI SAD	- Diversos

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Junho	Comemoração da chegada do Verão	- Promover o convívio e a participação dos idosos	- Elaboração de trabalhos alusivos ao Verão; - Decoração da Instituição.	CD ERPI SAD	Diversos
	Piquenique	- Promover a sociabilidade entre os idosos;	- Realização de um piquenique (local a designar), com momentos de cantares, danças e jogos.	CD ERPI SAD	Diversos
	Dia 13 Dia de Santo António	- Promover o convívio e a participação dos idosos; - Estimular as tradições.	- Elaboração de balões de papel seda de diversas cores; - Enfeitar a Instituição; - Sentados em círculo, leitura de quadras alusivas ao Santo António.	CD ERPI SAD	Vários materiais: Cola; Tesoura; Papel seda.
	Dia 24 Festa de S. João Baptista	- Estimular as tradições; - Incrementar a participação dos idosos	- Elaboração de manjericos em papel crepe; - Enfeitar as mesas com os manjericos feitos pelos idosos;	CD ERPI SAD	Diversos



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

		- Leitura de textos sobre São João.		
		- Baile; - Sardinhada.	CD ERPI SAD	Diversos
Passeio Anual	- Promover a socialização entre os idosos; - Dar a conhecer diferentes locais do país com interesse histórico, cultural e Religioso - Promover momentos de lazer e convívio	Passeio a um local a designar.	CD ERPI SAD	Diversos

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Julho	Comemoração do dia das Bibliotecas – Dia 1	- Permitir novas descobertas - Fomentar o conhecimento de novos espaços	- Visitar uma biblioteca; - Leitura de um conto.	CD ERPI SAD	- Transporte
	Dia Mundial da Amizade/Amigo – dia 20	- Fomentar a coesão grupal; - Promover as relações interpessoais.	Troca de cartões/ mensagens de amizade entre todos os idosos; - Elaboração de uma dinâmica de grupo de coesão de grupo.	CD ERPI SAD	- Plano de Dinâmica de grupo - Cartolina, cola, tesoura
	Dia Mundial dos Avós – dia 26	- Reconhecer a importância dos avós na família; - Promover momentos de bem-estar e de partilha;	- Recolha de poemas sobre os avós; - Proporcionar um momento de conversa informal, onde se pode explorar a importância e o papel dos “avós” nas	CD ERPI SAD	- Poemas diversos - Ardósia e giz - Computador



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

	- Aumentar a autoestima; - Promover o Convívio familiar.	famílias e na sociedade; - Sugerir aos idosos a efetuarem uma surpresa aos netos, escrevendo-lhes pequenas mensagens que poderão ser partilhadas nas redes sociais.	
--	--	--	--

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Agosto	"A minha família está de férias"	- Promover os laços afetivos entre utentes e famílias; - Valorizar a presença dos familiares na aldeia; - Promover o convívio e laser entre os utentes.	- Organização de várias atividades para ocupar o tempo de ócio (peddy paper, vários jogos de estimulação cognitiva e sensorial, sessão de cinema); - Organização de um lanche convívio com os familiares dos utentes; - Organização de uma tarde musical (concertinas); - Passeios pela aldeia.	CD ERPI SAD	- PC; - Tela - Retroprojector; - Fichas - Lanche
	Dia 19 Dia Mundial da Fotografia	- Proporcionar aos idosos o contacto direto com a fotografia; - Explorar a evolução da fotografia e das máquinas fotográficas;	- Realização de uma sessão fotográfica.	CD ERPI SAD	- Máquina fotográfica - Cartolina - Fotografias

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
-----	-----------	-----------	------------------------	---------------	-------------------



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature and initials in blue ink.

Setembro				
Comemoração da chegada do Outono	Promover a sociabilidade e participação dos idosos.	Elaboração de trabalhos decorativos alusivos ao Outono; - Decoração da Instituição de acordo com a estação do ano.	CD ERPI SAD	- Vários materiais
"Jogos tradicionais"	- Prevenir o sedentarismo; - Estimulação da memória através de reminiscências, explorando e revivendo os tempos antigos. - Promover momentos de convívio entre os idosos.	- Realização de vários jogos (malha, pião, caixola, anel, galo, argolas).	CD ERPI SAD	- Jogos tradicionais e todo o material necessário à realização dos mesmos;
Dia 21 Dia Mundial da doença de Alzheimer	- Promover a autoestima; - Manter as competências remanescentes; - Proporcionar a oportunidade de um momento de diversão, prazer, relaxamento e contacto social.	- Atividade especialmente desenvolvida para as pessoas idosas com demência/Alzheimer, optando por uma atividade simples, mas com significado, explorando e investindo mais na estimulação sensorial; - Criar uma caixa ou um painel que contenha coisas do interesse da pessoa idosa, para que esta possa remexer.	CD ERPI SAD	- Bingo dos cheiros - Bingo dos sons - Materiais de diferentes texturas - Vários materiais para a realização da caixa/painel
Dia 29 Dia Mundial do Coração	- Alertar os utentes para a importância da prevenção e controlo das doenças cardiovasculares; - Promover cuidados de saúde.	- Prática de atividades físicas e desportivas; - Visualização de um vídeo sobre doenças cardiovasculares; - Rastreio.	CD ERPI SAD	- Computador - Retroprojektor - Colunas - Material para a elaboração do rastreio



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Outubro	Comemoração do mês do idoso	- Valorizar o papel do idoso; - Fomentar o convívio entre os idosos de diversas instituições; - Estimular o convívio e momentos de lazer.	- Convívio interinstitucional com baile e lanche.	CD ERPI SAD	- Todo o material inerente aos convívios - Transporte
	Dia 16 Dia mundial da alimentação	- Promover hábitos alimentares saudáveis; - Falar dos benefícios de uma alimentação saudável para a saúde, promovendo a saúde e prevenindo a doença nos idosos; - Fomentar e discutir ideias e opiniões; - Desmistificar preconceitos; - Implementar hábitos de vida saudável; - Promover uma visão de autocuidado e de autoestima.	- Almoço especial; - Ação de Sensibilização; - Bingo dos alimentos; - Elaboração e explicitação da roda dos alimentos.	CD ERPI SAD	- Material necessário ao almoço - Bingo dos alimentos - Material necessário à Ação de Sensibilização (informação, tela, PC) - Cartolinas
	Dia de S. Francisco	- Reviver as tradições e costumes; - Proporcionar um momento de convívio e lazer aos idosos.	- Ida à Feira Anual de S. Francisco; - Almoço de acordo com a tradição.	CD ERPI SAD	- Todo o material inerente ao almoço - Transporte



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature and initials:
H. G. S. *(initials)*

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Novembro	Dia de S. Martinho	- Reviver as tradições, hábitos, costumes, vivências e experiências da cultura local; - Promover a sociabilidade e o bem-estar dos Idosos.	- Elaboração de cartuchos para as castanhas; - Decoração da Instituição alusiva ao S. Martinho; - Ensaiar canções alusivas à época; - A Lenda de São Martinho; - Magusto.	CD ERPI SAD	- Letras de músicas; - Material para a decoração - Lanche - Máquina fotográfica
	Dia 14 Dia Mundial da Diabetes	- Sensibilizar para a prevenção da Diabetes; - Promover hábitos saudáveis, facultar informação sobre a temática; - Fomentar e discutir ideias e opiniões; - Desmistificar preconceitos; - Implementar hábitos de vida saudável; - Promover o bem-estar, o diálogo e a escuta ativa no grupo.	- Ação de Sensibilização sobre a Diabetes; - Esclarecimentos sobre a temática; - Visualização de um documentário alusivo à Diabetes; - Medição da Diabetes.	CD ERPI SAD	- Material alusivo à Diabetes - Documentário



Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal

MA 09

Handwritten signature and date: 14/12/2017

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Específicas	Destinatários	Recursos Internos
Dezembro	Comemoração do Natal	- Promover o espírito natalício; - Promover a interação grupal; - Aumento da realização e satisfação; - Estimulação da orientação espacial e temporal.	- Elaboração do presépio e da árvore de Natal; - Elaboração de trabalhos decorativos; - Elaboração de postais e convites de Natal; - Ensaio de uma peça de teatro; - Ensaio de músicas e poemas natalícios.	CD ERPI SAD	- Material inerente ao presépio; - Material para efetuar os trabalhos decorativos; - Peça de teatro; - Letras de música alusivas ao Natal.
			- Tradicional Ceia de Natal	CD ERPI SAD	Vários

Livro de Atas

Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Ferreirim

LOCAL: Sede do Centro Social Paroquial de Ferreirim, sita no Lugar da Vinha da Igreja, Ferreirim. -----

ABERTURA DA REUNIÃO: O Senhor Presidente do Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Ferreirim declarou aberta a reunião eram dezanove horas.-----

PRESENÇAS: Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Fiscal: José Duarte Marques (Presidente); Julião Aguiar Pinheiro (Vice-presidente) e António de Jesus Chaves (Vogal).-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

Ponto Único – dar parecer sobre as contas de gerência do ano de dois mil e vinte.-----

-----As referidas contas apresentavam os seguintes valores: -----

-----Total de rendimentos: 763.467,52€-----

-----Total de gastos: 596.839,05€-----

-----Resultado líquido positivo: 166.628,47€-----

-----Colocadas à discussão e votação, o conselho fiscal deliberou por unanimidade, dar parecer favorável às contas da gerência de dois mil e vinte.

-----E não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a, presente ata que depois de lida em voz alta foi aprovada por unanimidade e vai ser devidamente assinada para provocar efeitos imediatos.-----

O Presidente do C. Fiscal

José Duarte Marques

Vice-Presidente

Julião Aguiar Pinheiro

Vogal:

António de Jesus Chaves

Livro de Atas

Direção do Centro Social e Paroquial de Ferreirim

LOCAL: Sede do Centro Social Paroquial de Ferreirim, sita no Lugar da Vinha da Igreja, Ferreirim. -----

ABERTURA DA REUNIÃO: O Senhor Presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de Ferreirim declarou aberta a reunião eram dezanove horas.-----

PRESENCAS: Estiveram presentes os seguintes membros da Direção: Diamantino José Pereira Duarte (Presidente); João António Pereira da Silva (Vice - Presidente); Teresa de Jesus Paulo Pinto (Tesoureiro); Lurdes de São José Marques Duarte Almeida (1º Secretário); Orlando Gomes Aguiar (2º Secretário).-----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – discutir e votar as contas de gerência do ano de dois mil e vinte.-

-----As referidas contas apresentavam os seguintes valores: -----

-----Total de rendimentos: 763.467,52€-----

-----Total de gastos: 596.839,05€-----

-----Resultado líquido positivo: 166.628,47€-----

-----Colocadas à discussão e votação, a Direção deliberou por unanimidade, aprovar as contas da gerência de dois mil e vinte.-----

-----Deliberou ainda, por unanimidade, remeter as presentes contas ao Conselho Fiscal para o competente parecer.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, que o resultado líquido do presente exercício fosse acumulado em resultados transitados e assim distribuídos:-----

-----para reforço de reservas livres – 166.628,47€-----

-----E não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida em voz alta foi aprovada por unanimidade e vai ser devidamente assinada para provocar efeitos imediatos.-----

O Presidente da Direção

Diamantino José Pereira Duarte

O Vice-presidente

João António Pereira da Silva

O Tesoureiro

Teresa de Jesus Paulo Pinto

1º Secretário

Lurdes de São José Marques Duarte Almeida

2º Secretário

Orlando Gomes Aguiar